

... a fost un proces de schimbare profundă în viața noastră, un proces care a implicat o schimbare de mentalitate și de valori. În acest proces, rolul liderilor este esențial. Ei trebuie să aibă viziune, să fie curajoși și să fie capabili să inspire oamenii. În același timp, ei trebuie să fie și responsabili, să fie conștienți de nevoile și de dorințele oamenilor. Într-o societate democratică, liderii trebuie să fie în permanență în contact cu oamenii, să asculte și să ia în considerare opiniile lor. Doar astfel putem să realizăm schimbările necesare pentru a construi o țară mai bună și mai prosperă.

VI O Futuro da Europa e de Portugal

AV — Carlos Magno e a unificação da Europa é um projecto de que se reclama a União Europeia. E Geremek não se cansa de repetir que esse é o modelo da actual construção europeia, misto de descentralização e erosão das fronteiras medievais e centralização benigna.

JCM — O império de Carlos Magno baseava-se no objectivo saudosista de reconstruir o Império Romano. Eram outros tempos e outras visões. Após tantos séculos de uma história trágica, a ideia moderna da Europa unida possui outros fundamentos, mais sólidos. Acho um tanto absurdo querer comparar a União Europeia de hoje com o império de Carlos Magno.

AV — O debate sobre o futuro da Europa há muito que não estava tão vivo. Voltam a estar no centro do debate os vários caminhos para unificar a Europa. Talvez fosse bom começarmos por olhar para trás para as várias tentativas de unificação. Napoleão representou para muitos um certo projecto de unificação europeia...

JCM — Isso não lhe sei dizer, porque nunca fiz esse estudo associado ao projecto europeu de Napoleão que, aliás, nunca foi muito explícito nessa matéria, embora tenha chegado a dizer que queria fazer uns Estados Unidos da Europa.

AV — Com ele como imperador...

JCM — Com ele como imperador e com a espada na mão. A União Europeia hegemónica, sob a hegemonia de um grande país. Como já disse, todas as tentativas de criar uma União Europeia na base da hegemonia de uma grande potência redundaram em tragédia. Hitler era um «europeísta».

AV — De uma forma muito particular...

JCM — Ele queria um III Reich, dominado pela Alemanha.

AV — O que é o contrário da unificação pela conjugação de vontades. Significava, de facto, a expansão da Alemanha pela força dos *Panzers* à custa das outras nações europeias... Não é a unificação, é a submissão...

JCM — E Napoleão dizia que ia fazer um Estado democrático, nunca se percebeu muito bem foi como. O nacionalismo dos pequenos países não faz mal a ninguém, a não ser a eles próprios. O nacionalismo das grandes potências, porém, é desastroso, e degenera, evidentemente, em opressão. Apesar do descrédito do nazismo, ainda existem essas correntes de opinião. Se num país pequeno não se pode considerar como perigo internacional, numa grande potência é outra coisa.

A França e a Alemanha são ambas muito culpadas dos sonhos de uma Europa hegemónica. Afirmava-se que a França era um país dominante do ponto de vista cultural. É uma ideia internacionalista, mas nós não imaginamos a França a dirigir uma cultura mundial. Nem de perto nem de longe.

AV — Se há franceses que ainda sonham com uma Europa potência mundial à imagem dos Estados Unidos, na Alemanha o projecto europeu é muito mais de Europa potência civil, influente mas não superpotência militar.

JCM — Conheço mal o que se passa na Alemanha, mas estou convencido de que há muitas manifestações nacionalistas. Por exemplo, os Alemães estão, mesmo um bocadinho envergonhados, a apoiar Chirac na tentativa de criar um directório. No fundo, é a ideia de que a Alemanha deve exercer uma função dirigente.

A construção da Europa através de pequenos passos é um processo que se compreende perfeitamente, porque não é fácil aglomerar países de culturas tão diversas. Os Estados Unidos da América começaram por ser constituídos por 13 regiões que se uniram, mas não conseguiram elaborar uma constituição federal logo de início. Só mais tarde, em 1789, eles criaram uma União e o cargo de presidente dos Estados Unidos, que não existia antes. Mas essa Constituição não resolveu todas as divergências e isso acabou por gerar uma grande guerra civil, passados 100 anos, que quase destruiu os Estados Unidos. Só depois da Guerra Civil é que se consolidou a união ou federação americana. E tinham todos a mesma cultura, as mesmas tradições, a mesma língua, etc. Se nós queremos fazer uma União Europeia com países com culturas tão diferentes, é óbvio que é um processo que leva muito tempo. Para mim, foi um tremendo erro ter-se aceite a ponderação de votos nas decisões por maioria. Acho que isso é anti-democrático. Na origem da democracia está a ideia de que a maioria dos cidadãos mais fracos pode decidir em oposição à minoria dos mais fortes. Foi assim que nasceu a democracia. Compete aos fracos controlar a maioria dos votos. Entrar com o factor população e o peso económico para adquirir mais poder político é completamente antidemocrático.

AV — Há um dilema democrático europeu que resulta da sua dupla legitimidade, a dos Estados e a dos cidadãos. Os Estados devem ter direitos iguais, mas a vontade da maioria dos cidadãos também se deve poder exprimir. É uma questão que ainda não foi bem resolvida.

JCM — Numa democracia nacional, se alguém viesse propor a ideia de que os mais ricos deviam dispor de mais votos, caía-lhe tudo em cima.

AV — Mas a Alemanha, com 80 milhões de habitantes, ter dez votos e Portugal, com dez milhões, ter cinco significa, apesar de tudo, que a Alemanha aceitou um reequilíbrio significativo.

JCM — Eu sei que esta ponderação de votos está rodeada de certas garantias e limitações. Mas é uma tentativa de aceitar a ideia de que os países mais importantes têm mais voz do que os mais pequenos. Ora, eu não posso aceitar que um indivíduo que tenha milhões de contos tenha mais voz do que eu.

AV — O problema é que, a nível europeu, o cidadão não tem uma voz forte através do Parlamento Europeu. Acabam por só ter voz através dos governos.

JCM — Sim. A construção internacional tem certas dificuldades. Devemos ter muito cuidado com isso.

AV — Jacques Delors recusa o termo directório, chama-lhe vanguarda.

JCM — Ele é muito responsável pela ponderação dos votos.

AV — O que é que ele quer dizer com vanguarda? Quer dizer que há um núcleo de países que ele confunde, penso que erradamente, com os fundadores, que poderiam ir muito mais longe na integração e que poderiam vir a aceitar um Estado federal, uma federação de Estados democráticos. E há outros países que não acompanhariam essa integração...

JCM — A minha concepção de unificação europeia é completamente igualitária...

AV — As consequências do alargamento, na ausência de uma reforma institucional que permita mais eficácia nas decisões, não o preocupam? Com a União a passar de 15 para 25 Estados-membros, amanhã a 30, não pensa que são necessárias cooperações reforçadas?

JCM — Penso que devemos ser adeptos do alargamento, porque quantos mais pequenos países coexistirem melhor.

AV — Essa é uma perspectiva de equilíbrio interno europeu. Mas numa perspectiva de integração europeia, não pensa que, numa Europa a 30, será necessário que haja um grupo de países que queiram ir mais longe na integração, independentemente de serem ricos ou pobres, grandes ou pequenos?

JCM — São os chamados patamares da integração. Penso que é muito perigoso e eu preferia uma coisa linear. Exactamente como existe na nação americana, embora haja divisão de poderes.

AV — Mas imaginemos que há Estados na União Europeia que se opõem sistematicamente a novos passos na integração, como se opuseram alguns à moeda única; os mais disponíveis para avançar devem ficar à espera?

JCM — A minha preocupação é essa. A Inglaterra ainda não se conseguiu desfazer do seu passado imperial, se bem que a França e a Alemanha já tenham ultrapassado isso. O problema é que os Ingleses estão na Europa, mas querem manter uma ligação especial com os Estados Unidos. São confrontados com um dilema, o dilema britânico fundamental: ou se integram completamente na Europa, e passam a ter um papel importantíssimo, porque, no fundo, são um grande elemento nos equilíbrios entre a França e a Alemanha; ou não fazem isso e acabam por ser um satélite dos Estados Unidos. A alternativa deles é esta: ou são totalmente europeus e têm um papel muito importante a desempenhar, ou então não são europeus e são um satélite dos Estados Unidos.

AV — Esse é um dilema britânico, mas temos também o dilema europeu. Os que, como Joschka Fisher ou Jacques Delors, propõem que haja um grupo que avance, têm também em linha de conta o facto de a Inglaterra poder vetar os avanços que eles consideram essenciais perante uma possibilidade de diluição do projecto europeu numa outra realidade mais vasta mas menos integrada.

JCM — Mas é uma escapatória muito perigosa.

AV — Então qual é a alternativa?

JCM — A alternativa é deixar as coisas como estão. Eu estou convencido que a Inglaterra acabará por se integrar na Europa.

AV — Tem vindo a integrar-se progressivamente.

JCM — O grande salto é a moeda única. Porque a moeda única é, no fundo, um dos passos mais fundamentais da União Europeia. Não há dúvidas sobre isso, porque a única coisa importante que até agora se fez, em matéria de integração, é a moeda única.

Em Portugal, Cavaco Silva tinha um discurso muito distante das coisas europeias. Foi uma fase em que eu escrevi muito, no *Diário de Notícias*, a favor da causa europeia. E, a pouco e pouco, Cavaco Silva começou a ter um discurso mais europeu. Não vou dizer que foi por causa dos meus artigos, mas o que é facto é que isso se confundia com um certo movimento de opinião. Simplificando um pouco, Cavaco Silva compreendeu que a moeda única consiste num federalismo monetário, o federalismo monetário leva a um federalismo financeiro, um federalismo financeiro a um federalismo económico, o que finalmente levaria a um federalismo político. Ora, em parte ele tem razão ao afirmar que o primeiro passo importante, no sentido da integração política, é a moeda única. A Inglaterra já descobriu isso, tal como aconteceu quando se auto-excluiu do Mercado Comum para ter de se juntar

mais tarde, quando descobriu os custos que teria de pagar se continuasse afastada. Em relação à moeda única, também estou convencido que a Inglaterra vai fazer as contas e concluir que não se pode excluir.

AV — Já muita gente fez essas contas.

JCM — Sobretudo a partir do dia em que a moeda única entrou em vigor.

AV — Tony Blair faz essas contas. Só que acha que a opinião pública inglesa ainda não está preparada. Tem de fazer um referendo e ainda tem medo de o perder.

JCM — Mas quando a moeda única entrou efectivamente em funcionamento, passaram a existir duas moedas dominantes no mundo, o dólar e o euro. A Inglaterra vai-se sentir isolada financeiramente, o que vai ter efeito nas bolsas e em toda a parte.

Os desafios de Portugal

AV — E Portugal? Como é que vê o futuro de Portugal na União Europeia?

JCM — Não estou preocupado, porque penso que só temos a ganhar, embora possamos ter coisas a perder. Nunca se tem um ganho total, principalmente num projecto colectivo. Quando um indivíduo se faz sócio do Benfica tem certos benefícios que lhe são dados pela carteira de sócio, mas tem de pagar a quota e tem certas obrigações. Se queremos fazer parte de um projecto europeu, vamos ter custos. No plano económico, acho que nós estamos muito mais protegidos com uma moeda europeia do que com uma moeda nacional.

AV — Parece-me que as inquietações com a União têm em larga medida a ver com a própria evolução da situação interna portuguesa, nomeadamente do ponto de vista económico. Até agora a história europeia de Portugal tinha sido uma história de sucesso. Sucesso do ponto de vista da política externa, com maior influência nas nossas relações com o Brasil e certamente

na resolução da questão de Timor. Mas sobretudo sucesso no desenvolvimento económico e social. Portugal foi-se aproximando do nível europeu, mas agora começa a haver sinais de estagnação e a convergência diminuiu.

JCM — Do estudo que tenho feito das coisas económicas — estive muito tempo ligado a problemas económicos internacionais —, estou convencido de que só temos a ganhar no plano económico com a nossa participação na União Europeia, e que todas essas dificuldades, que nós sentimos, são de carácter puramente interno. A responsabilidade é nossa. Os governos portugueses, incluindo o de Cavaco Silva e chegando até Salazar, não têm atacado os problemas fundamentais do desenvolvimento. Aquilo que o professor Manuel Maria Carrilho afirmou, que o atraso de Portugal é o analfabetismo, não é verdade. Não é essa a causa do atraso em Portugal, é sim a falta de produtividade, que é uma coisa bem diferente. Em Portugal temos alguns erros crónicos, históricos, e um deles é de julgar que resolvemos os problemas com a fabricação de leis. Fazemos a lei e o problema fica resolvido. Não fica nada. O problema só fica resolvido com a aplicação da lei. O que falta em Portugal são governos com energia suficiente para aplicar as leis. É isso que faz com que não haja o nível de produtividade que devia haver, porque não há fiscalização nenhuma. A fiscalização em Portugal é uma coisa puramente teórica, não há inspectores. Temos uma produtividade baixíssima porque não cumprimos as regras do trabalho organizado. Não há inspectores e as pessoas não cumprem os horários. Eu não sei se Carrilho, por exemplo, cumpre horários e cumpre prazos. Mas se não o faz, também está a contribuir para a falta de produtividade do país, e ele não é analfabeto. Ele é doutor em Filosofia. Não é o analfabetismo, é a falta de aplicação de princípios racionais de trabalho, a causa do nosso atraso. E essa é a falta essencial em Portugal, sobretudo na administração pública. As empresas privadas têm geralmente o trabalho dos seus funcionários organizado e até fiscalizado. Na administração pública

não existe fiscalização de espécie alguma. De maneira que o rendimento de uma unidade burocrática é baixíssimo, o rendimento de trabalho de um funcionário público português é, em média, baixíssimo. O que não quer dizer que não haja exceções. Mas trabalhar muito não significa ser muito produtivo. Há pessoas que trabalham muito, mas produzem pouco.

A outra questão é a educação, que é absolutamente fundamental. A Irlanda, há uns trinta anos, estava mais atrasada que Portugal; hoje está mais adiantada. Porquê? Porque todas as ajudas comunitárias foram empregadas na educação e na formação. Em Portugal, existe uma filosofia errada sobre a educação. O problema não é a falta de escolas ou de professores. Em Portugal, considera-se que a educação superior, a educação universitária, é a educação fundamental e a mais importante, e que a educação primária é uma coisa secundária, o que é perfeitamente errado. A educação fundamental é a primária. Mas nós vemos isto ao contrário. Para nós, um professor catedrático é o máximo, e o professor primário não conta para nada, pode até ser um senhor quase analfabeto. Acho que não seria nada de extraordinário que um professor primário ganhasse tanto como um professor catedrático. Se pagassem aos professores primários um ordenado que se visse, todo o ensino em Portugal se modificaria. Porque os erros de educação em Portugal começam na instrução primária. Temos uma instrução primária péssima, embora existam alguns professores primários excepcionais.

Na Dinamarca havia uma tradição — que não sei se ainda continua — segundo a qual, na véspera do dia do fim do ano, o rei saía do palácio para ir a casa do professor primário cumprimentá-lo. Todos os anos. Havia uma homenagem do Estado ao professor primário, para demonstrar a importância da sua função. Já alguma vez se viu um professor primário português condecorado pelo Presidente da República? Catedráticos vê-se muitos. Eu tive a sorte de ter aulas de instrução primária num colégio particular. E tive bons professores, notáveis, de instrução primária. E acho que isso foi fundamental.

O risco do nacionalismo

AV — Antes de concluirmos, gostava que me sintetizasse a sua visão da política externa portuguesa, as traves mestras da corrente europeísta e euro-atlântica.

JCM — Em primeiro lugar está a nossa integração económico-política na Europa. Somos, evidentemente, parte da Europa e andámos, durante muito tempo, a querer fingir que não éramos. Mas somos! Aquela parte do imaginário histórico português das grandes empresas marítimas, no fundo, é uma empresa europeia. Nós aí funcionámos mais como europeus do que propriamente como Portugueses. O próprio Camões diz: nós fizemos aquilo que os outros não faziam porque andavam a batalhar-se uns aos outros enquanto nós andávamos a pregar a civilização ocidental. Portanto, esse é o elemento fundamental.

Mas a Europa não pode desenvolver-se devidamente, sobretudo no plano internacional, sem uma aliança com os Estados Unidos. Porque, no fundo, os Estados Unidos são o prolongamento da Europa, são a Europa transplantada para o outro lado do Atlântico. Aquilo é um rosário de etnias, principalmente europeias. A América, quando começou a industrializar-se, importou

capital europeu e foi com ele que a indústria americana se desenvolveu. Depois a situação inverteu-se.

Portugal é um país que andou pelo mundo todo, deixámos marcas, temos um factor ultramarino muito importante, de que o Brasil é a primeira prova. África podia ser um outro elemento importante, mas infelizmente está num estado que não serve de base à nossa política. Sobretudo Angola, um território dos mais ricos que há em África, ainda por cima com uma população que não é muito numerosa, podia ter uma situação excepcional. Eles têm tudo, simplesmente entraram num sistema de guerra que destruiu toda a sua riqueza. E Angola podia ser uma potência importante e também um importante aliado da política portuguesa. No fundo, estamos reduzidos ao Brasil.

São estes, portanto, os pilares da nossa política externa: União Europeia, Estados Unidos e o Brasil. Claro que há outras coisas, mas não tão essenciais.

AV — E se sintetizasse o pensamento mais nacionalista português, quais seriam os aspectos mais importantes?

JCM — É um pouco difícil. Primeiro, porque não sou nacionalista e não sei como é que um nacionalista vê esse problema. Eles não gostam de uma grande intimidade com a Espanha, não gostam dos Americanos, a União Europeia é vista como uma perda de independência — fica um Portugal sozinho. O que é que eles querem? um Portugalinho? um Portugaleta? Voltando as costas à União Europeia, voltando às costas aos Estados Unidos, ficaria talvez o Brasil.

AV — Vendo tudo pelo lado das grandes teorias conspirativas, os nacionalistas desconfiam sempre de tudo e todos.

JCM — Na verdade, não sei o que é que um nacionalista ideológico, hoje, pode pretender. Vivem do passado. Em grande parte foi o que aconteceu sempre com os nacionalistas. Viam mais o

passado que o futuro, porque o futuro implicava sempre uma transformação, uma modificação. O futuro é sempre uma coisa nova. E eles não aceitavam nada de novo, porque eram conservadores. Ficaríamos reduzidos a administrar este quintal.

Gostava de saber se eles têm algum projecto. Gostava de saber qual. Estamos numa situação em que não temos alternativas. Temos de trabalhar dentro da União Europeia, temos de manter relações com os Estados Unidos, e temos de manter relações com o Brasil. E agora cada vez mais, porque os investidores portugueses descobriram o mercado brasileiro e estão a criar laços que são muito sólidos, porque são laços económico-financeiros muito importantes. Já a um nível muito elevado. Estamos muito ancorados ao Brasil, muito mais do que alguma vez estivemos. Se, antes, as nossas relações eram um bocado retóricas, agora já não são. Nós predominamos em certos sectores no Estado de São Paulo. Não é brincadeira.

Não sei se há algum nacionalista teórico que exponha as suas ideias. Eu não conheço. Conhece?

AV — Para alguns, opositores das actuais comunidades europeias, Portugal deveria aproximar-se do ponto de vista das correntes eurocéticas. Pensam que é possível ser da União e não contribuir para a construção europeia sobretudo no domínio da defesa. Como vê o futuro da União Europeia e o de Portugal na União? Quais os riscos com que a União se defronta? Que perigo representam os nacionalismos europeus emergentes?

JCM — Um empreendimento tão importante como a União Europeia oferece naturalmente riscos. Eles serão muitos e de vária natureza. Em primeiro lugar, o alargamento e a necessidade de reestruturação do processo decisório poderão levar a dificuldades sérias. A minha esperança é que os dirigentes europeus saibam evitar clivagens profundas e consigam harmonizar os interesses dos grandes e pequenos países membros da União. Confesso que me encontro inquieto por verificar uma certa falta

de liderança dos grandes chefes políticos europeus. Mas, por vezes, a falta de protagonismo pode ser salutar nos grandes conciliábulos internacionais. Um outro risco que descjaria que fosse afastado a curto prazo provém da posição ambígua da Grã-Bretanha. Sob pena de causar prejuízos à evolução da União, o governo de Londres terá de decidir por uma vez a integração completa e sem reservas da Grã-Bretanha na União. Uma das fraquezas da União no plano internacional provém da posição dúbia britânica. A Grã-Bretanha não pode estar eternamente *sitting on the fence*. Lewis Carroll já profetizou: *Humpty Dumpty sat on a wall; Humpty Dumpty had a great fall...*

O outro grande risco da União Europeia provém dos nacionalismos emergentes em alguns países membros. O nacionalismo ideológico é uma doença que pode tornar-se epidémica. O nacionalismo nos grandes países é extremamente perigoso e convém combatê-lo com determinação. A estrutura democrática dos países europeus dificulta por vezes quaisquer medidas repressivas dos movimentos nacionalistas. Mas quando eles assumem um papel inquietante, compete aos governos e aos próprios órgãos da União tomar medidas repressivas e, se possível, preventivas, que possam garantir a estabilidade política democrática da União. Na base do pensamento integracionista europeu está precisamente a eliminação dos nacionalismos radicais e divisionistas.

Quanto a Portugal ninguém pode contestar, com números na mão, as vantagens obtidas quanto ao nosso desenvolvimento pela integração na União. Penso, porém, que a utilização dos fundos comunitários que nos foram concedidos não foi feita da melhor forma. Em lugar de terem sido canalizados principalmente para as actividades directamente produtivas deveriam ter sido aplicados prioritariamente na educação e formação das pessoas, como foi feito na Irlanda, com resultados espectaculares. A nossa adesão ao euro foi um acto de coragem, mas é necessário encarmos os apoios de todo o género que poderemos obter da União de forma mais realista. O que infelizmente não tem acontecido.

Biobibliografia de José Calvet de Magalhães